



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 23

SÁBADO, 7 DE MARÇO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 14ª SESSÃO, EM 6 DE MARÇO DE 1992

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 154/92 (nº 65/92, na origem), submetendo à deliberação do Senado o nome do Sr. Francisco Thompson Flores Netto, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

— Nº 155/92 (nº 66/92, na origem), submetendo à deliberação do Senado o nome do Sr. Marcos Castrioto de Azambuja, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

##### 1.2. — Discurso do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Falecimento do jurista Clóvis Férro Costa.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 29, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que estabelece dias e horários para realização de reuniões ordinárias das Comissões Permanentes. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

Proposta da Emenda à Constituição nº 18, de 1991, de autoria do Senador Alfredo Campos e outros Senhores Senadores, que fixa o número de votos necessários à rejei-

ção do veto. Em fase de discussão (3ª sessão), tendo usado da palavra os Srs. Mauro Benevides, Odacir Soares, Magno Bacelar e Jonas Pinheiro.

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1991, de autoria do Senador Francisco Rollemberg e outros Senhores Senadores, que suprime o item II e renumera o item III do art. 40 da Constituição. Em fase de discussão (3ª sessão).

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1991, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal. Em fase de discussão (3ª sessão).

##### 1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

**SENADOR ODACIR SOARES** — Inauguração, em Nova Iorque, do Centro Brasileiro de Imprensa, visando resgatar a imagem do Brasil no mercado americano e incrementar o turismo brasileiro.

##### 1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

##### 2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 62 a 64, de 1992.

##### 3 — MESA DIRETORA

##### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

##### 5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÓRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**  
Diretor Administrativo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Industrial  
**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

**Ata da 14ª Sessão, em 6 de março de 1992****2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa****ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Alexandre Costa – Almir Gabriel – Amazonino Mendes – Epitácio Cafeteira – Hydekel Freitas – Jonas Pinheiro – José Paulo Bisol – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Odacir Soares – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

**EXPEDIENTE****MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA****MENSAGEM Nº 154, DE 1992  
(Nº 65/92, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:  
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39 inciso I, alínea a, e no art. 40, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Francisco Thompson Flores Netto, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Os méritos do Embaixador Francisco Thompson Flores Netto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

**INFORMAÇÃO****Curriculum Vitae:**

Embaixador Francisco Thompson Flores Netto.

Bruxelas/Bélgica (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II da Constituição de 1946), 17 de fevereiro de 1937.

Filho de Carlos M. Thompson Flôres e Rita Martins Thompson Flôres.

Bacharel em Filosofia, Universidade de Poitiers, França.

Curso de Economia, "School of Economics", Londres.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

À disposição do Ministério da Agricultura, 1979.

Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional SUBIN/SEPLAN, 1979.

Coordenador de Assuntos Internacionais de Agricultura, 1979/83.

Cônsul de Terceira Classe, 22 de janeiro de 1959.

Segundo Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Primeiro Secretário, merecimento, 31 de março de 1967.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 20 de abril de 1977.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1981.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1959/60.

Introdutor Diplomático Adjunto, 1960.

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1967/69.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1969/70.

Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1976/77.

Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial, 1978/79.

Agregado, 1979/83.

Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1984/85.

Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, 1985/88.

Londres, Terceiro-Secretário, 1961.

Londres, Segundo-Secretário, 1961/64.

Bruxelas, Encarregado da Missão junto à CEE, 1964, 1966 e 1967.

Bruxelas, CEE, Segundo-Secretário, 1964/67.

Washington, Primeiro-Secretário, 1971/73.

Washington, Conselheiro, 1973/76.

Buenos Aires, Embaixador, 1988/92.

XII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1962 (membro).

XIV Reunião do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1963 (delegado).

IV Reunião do Comitê Preparatório do Acordo Internacional do Açúcar, Londres, 1964 (delegado).

Reunião dos Chefes de Missões Latino-Americanas acreditados junto à CEE, Estrasburgo, 1964 (representante).

Reunião do Comitê Consultivo do Cacau, da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, Nova Iorque, 1966 (membro).

Conferência da UNCTAD sobre Cacau, Genebra, 1967 (membro).

VIII Assembléia Geral da Aliança dos Produtores de Cacau, Lagos, 1967 (membro).

IX, X, XII, XIII e XV Sessões da Assembléia Geral da Aliança de Produtores de Cacau, Lomé, Lagos, Acra, Iauandé, Brasília, 1967/70.

Reunião Extraordinária da Aliança dos Produtores de Cacau e Aliança do Comitê Consultivo sobre o Cacau da UNCTAD, Genebra, 1967 (subchefe).

III Sessão da Conferência da ONU sobre Cacau, Genebra, 1967 (membro).

Reunião do Comitê Consultivo sobre Cacau e Reunião Prévia de Produtores, Genebra, 1968 (chefe).

XXIV e XXV Sessões do Comitê de Estatística do Grupo de Estudos sobre Cacau, da ONU para a FAO, Roma, 1969 (membro).

Reunião dos Gerentes de Exportação dos Países-Membros da Aliança dos Produtores de Cacau, Iauandé, Acra, Lomé, 1969/70 (representante).

Reunião do Comitê Consultivo da UNCTAD sobre Cacau, Genebra, 1970 (membro).

Reuniões Anuais do FMI e BIRD, Washington, 1971, 1972, 1973, 1974 e 1980 (assessor).

FMI e BIRD, Washington, 1971 (delegado-suplente alterno).

Reuniões de Consulta do Acordo de Têxteis de Algodão Brasil-Estados Unidos, Washington, 1972 (delegado).

XXXI Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Manágua, 1972 (chefe).

Reunião de Chanceleres do Continente, Washington, 1974 (assessor).

Reunião de Chanceleres do Continente, México, 1974 (delegado).

Reunião de Coordenação dos Países Latino-Americanos Exportadores de Têxteis, Bogotá, 1975 (delegado).

Cerimônias Oficiais de comemoração do Aniversário da República do Iraque, Bagdá, 1978 (membro).

Reuniões Anuais do BID — México — 1976 e Jamaica, 1979.

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá, 1979 (membro).

II Reunião do Subgrupo de Agricultura Brasil-Estados Unidos da América, Washington, 1979 (delegado).

XX Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Roma, 1979 (delegado).

XIV Conferência Regional da FAO para América Latina, Havana, 1980 (chefe).

XIV e XV Sessões do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1980 (delegado).

Reunião das Juntas de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Washington, 1980 (delegado).

VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia, Brasília, 1980 (delegado).

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Bulgária, Brasília, 1980 (delegado).

V Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, Brasília, 1980 (delegado).

VI Assembléia Geral Extraordinária da Aliança dos Países Produtores de Cacau, Salvador, Bahia, 1980 (delegado).

I Reunião da Junta Interamericana de Agricultura, São José, Costa Rica, 1981 (chefe).

XXII Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), Madri, Espanha, 1981 (delegado).

II Reunião Ordinária do Comitê Executivo e à I Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, Buenos Aires, Argentina, 1981 (chefe).

XXI Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e XXVIII Sessão Anual das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, Genebra, 1981 (delegado).

XXVIII Sessão Anual das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, Genebra, 1982 (delegado).

VI Sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Itália, 1982 (delegado).

Reunião Ministerial da Aliança dos Países Produtores de Cacau, Duala, Camarões, 1983 (chefe).

XII Reunião do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-Estados Unidos da América, 1983 (delegado).

XXII Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Roma, 1983 (delegado).

VII Sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Roma, 1983 (chefe).

I Reunião do Grupo de Assuntos Econômicos Brasil-EUA, Washington, 1983 (delegado).

XXXI Exposição Internacional de Pecuária, Agricultura e Indústria, Palermo, Argentina, 1983 (delegado).

XXV Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Punta del Este, Uruguai, 1984 (delegado).

Reunião para reexame das Relações Comerciais e Financeiras Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1985 (chefe).

Reunião Técnica do Grupo de Cartagena, Montevideu, 1985 (chefe).

Assembléia Anual Conjunta do FMI e do BIRD, em Nova Iorque e em Seul, 1985 (delegado).

Escola Superior de Guerra, Seminário sobre Relações Econômicas Internacionais, 1985 (proferiu palestra).

Encontros dos Presidentes do Brasil e da Argentina, em Foz do Iguaçu, 1985 (delegado).

Reunião Técnica Preparatória à Reunião Ministerial do Consenso de Cartagena, Montevideu, 1985 (chefe).

Reunião dos Ministros dos Países do Consenso de Cartagena, Montevideu, 1985 (chefe).

Reunião de Integração Brasil-Argentina para Implementação do Programa de Integração, Rio de Janeiro, 1986.

XV Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, Berlim, 1986 (chefe).

Negociação do AAP-1 Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1986 (chefe).

Reuniões Preparatórias à Visita do Presidente Sarney à Argentina, Buenos Aires, 1986 (chefe).

Visita Presidencial à Argentina, 1986 (membro).

Reuniões de Avaliação do Comércio Brasil-Uruguai, Montevideu, 1986 (chefe).

I Reunião Brasil-Argentina sobre Protocolo nº 2 do Programa de Integração Brasil-Argentina, 1986 (chefe).

IV Reunião Anual do FMI, 1986 (delegado).

Reunião de Avaliação do Comércio Brasil-Paraguai, 1986 (chefe).

Reuniões de Alto Nível Brasil-Argentina, preparatória à visita do Presidente Raúl Alfonsín ao Brasil, 1986 (chefe).

Seminário Industrial Argentina, promovida pela Embaixada Argentina, São Paulo, 1987 (proferiu palestra).

Reunião do Grupo Informal de Cairns, Ottawa, 1987 (chefe).

Visita Presidencial ao Uruguai, 1987 (membro).

Conferência Regional sobre Produtos de Base, Guatemala, 1987 (chefe).

Negociações Comerciais e Financeiras Brasil-Paraguai, e Renegociação do APP nº 9, Brasil-México, Montevideu, 1987 (chefe).

III Reunião Preparatória de Representantes Governamentais e III Reunião do Conselho de Ministros no âmbito da ALADI, para avaliar os resultados da Rodada Regional de Negociações, Montevideu, 1987.

Encontro dos Presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai, em São João de Anchorena, janeiro de 1988 (membro).

Visita do Presidente Raúl Alfonsín ao Brasil, abril de 1988 (membro).

Representação do Brasil junto ao Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, 1988.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito de Brasília, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito das Forças Armadas, Grande Oficial, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem de Israel, a Católica, Grã-Cruz, Espanha.

Ordem Francisco de Miranda, Grã-Cruz, Venezuela.

Ordem da Águia Azteca, Grã-Cruz, México.

Ordem de Maio ao Mérito, Grã-Cruz, Argentina.

Ordem da Rainha Vitória, Comendador, Reino Unido.

Ordem do Mérito Italiano, Comendador, Itália.

Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal.

O Embaixador Francisco Thompson Flores Netto se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 27 de fevereiro de 1992. — **Gilda Maria Ramos Guimarães**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

## MENSAGEM Nº 155, DE 1992

(Nº 66/92, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40 do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Marcos Castrioto de Azambuja, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

2. Os méritos do Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 1992. — **Fernando Collor de Mello**.

## INFORMAÇÃO

### Curriculum Vitae:

Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja.

Rio de Janeiro/RJ, 9 de fevereiro de 1935.

Filho de Dário Cavalcanti de Azambuja e Dirce Castrioto de Azambuja.

Bacharel em Direito, Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Cônsul de Terceira Classe, 27 de fevereiro de 1958.

Segundo-Secretário, merecimento, 30 de setembro de 1961.

Primeiro-Secretário, merecimento, 30 de junho de 1968.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 28 de abril de 1977.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1981.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais, 1967/69.

Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1974/77.

Assessor do Departamento de Organismos Internacionais, 1976/78.

Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceânia, 1978/83.

Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1983/84.

Subsecretário-Geral de Coordenação e Programas, 1984/85.

Subsecretário de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, 1985/86.

Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações, 1986/87.

Secretário-Geral de Política Exterior, 1990/92.

Nova Iorque, ONU, Terceiro Secretário, 1960/61.

Nova Iorque, ONU, Segundo Secretário, 1961/63.

México, Segundo-Secretário, 1963/66.

Londres, Primeiro-Secretário, 1969/72.

Buenos Aires, Primeiro-Secretário, 1972/73.

Buenos Aires, Conselheiro, 1973.

Genebra, Chefe da Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos, Embaixador, 1987/90.

À disposição do Primeiro-Ministro do Japão em visita ao Brasil, 1959.

Grupo de Trabalho de Organização do Programa da visita do Presidente do México ao Brasil (membro), 1960.

XV Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque (membro), 1960.

Comitê Científico sobre os Efeitos de Radiações Atômicas da ONU (representante), 1961.

XVII Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque (membro), 1962.

Conselho Diretor e Comitê do Instituto Indigenista Interamericano, México (representante), 1964.

I Congresso de Associações e Câmaras do Livro da América Latina, México (observador), 1964.

Missão Especial às Solenidades de Posse do Presidente do México (membro), 1964.

Cerimônia de encerramento da "X Feira del Hogar", México (representante), 1965.

Comissão Preparatória para a desnuclearização da América Latina (membro), 1965.

IV Centenário da morte do Apóstolo Indigenista do México e da Guatemala, San Cristóbal de las Casas (representante do Brasil junto ao Instituto Indigenista Interamericano), 1966.

XXI e XXII Sessões da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque (membro), 1966 e 1967.

À disposição dos Príncipes Herdeiros do Japão em visita ao Brasil, 1967.

Comissão Executiva da II Sessão do Comitê ad hoc da ONU sobre o Fundo do Mar, Rio de Janeiro (membro), 1968.

Conferência dos Países Militarmente Não Nucleares, Genebra (membro), 1968.

Seminário da ONU sobre Direitos Humanos, Nicósia (representante), 1969.

Conferência Preparatória Regional Sul Americana sobre Entorpecentes, Buenos Aires (delegado), 1972.

Conferência Plenipotenciária Sul Americana sobre Entorpecentes, Buenos Aires (delegado), 1973.

XXIX Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque (membro), 1974.

III Sessão do Conselho de Administração do Programa da ONU para o Meio Ambiente, Nairóbi (membro), 1975.

Conferência de Chanceleres dos Países Não-Alinhados, Lima (observador), 1975.

XXX Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque (membro), 1975.

Conferência Regional Latino-Americana Preparatória de habitat.

Conferência da ONU sobre Estabelecimentos Humanos, Caracas (chefe), 1975.

À disposição da Missão do Comitê Especial da ONU contra o "apartheid" em visita ao Brasil, 1975.

Reuniões do Grupo de Peritos sobre Recursos Naturais Compartilhados, Nairóbi e Genebra (membro), 1976 e 1977, respectivamente.

Reunião Preparatória Latino-Americana, IV Sessão do INEP, Caracas (membro), 1976.

XXXII Sessão da Comissão de Direitos Humanos, Genebra (membro), 1976.

IV Sessão do Conselho de Administração do UNEP, Nairóbi (membro), 1976.

Reunião do UNEP/FAO sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Bogotá (representante), 1976.

Reunião Regional de Consulta sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, Bogotá (membro), 1976.

Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, Colombo (observador), 1976.

XXXI e XXXII Sessões da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque (membro), 1976 e 1977.

V Sessão do Conselho do Programa "O Homem e a Biosfera", Viena (chefe), 1977.

Conferência da ONU sobre a Água, Mar del Plata (delegado), 1977.

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá (membro), 1979.

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita, Jeddah (membro), 1979.

Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, Cuba (observador), 1979.

I Reunião da Comissão Mista Brasil-República Popular da China, Pequim (membro), 1980.

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Nigéria, Lagos (membro), 1981.

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia, Trípoli (chefe), 1981.

I Reunião da Comissão Mista Permanente Brasil-Moçambique para a Cooperação Econômica, Técnica e Científica, Maputo (delegado), 1982.

II Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre Cooperação Espacial, Washington (chefe), 1983.

XII Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, Camberra (chefe), 1983.

XXXVIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (delegado), 1983.

Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) (secretário), 1983/85.

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) (membro), 1983/85.

Comissão Brasileira de Atividade Especiais (COBAE) (membro), 1983/85.

Comissão Marítima Nacional (COMANA) (representante altermo), 1983/85.

Conselho da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) (membro), 1983/85.

Conselho Diretor Nacional da Cruz Vermelha (membro), 1983/85.

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (membro), 1983/85.

Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN) (membro).

Orientador e Conferencista do Instituto Rio Branco.

Conferencista da Escola Superior de Guerra e Escolas do Estado Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica, 1973/85.

Examinador do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE), 1984/85.

Presidente da Banca do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, 1984/85.

Delegado do Brasil à 42ª e 43ª Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1987/88.

Chefe da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Desarmamento e o Desenvolvimento, Nova York, 1987.

Chefe da Delegação do Brasil no Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiados, Genebra, 1987/88/90.

Chefe da Delegação do Brasil à III Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para o Desarmamento, 1988/90.

Chefe da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, Genebra, 1988/90.

Chefe da Delegação do Brasil à Comissão para os Direitos Humanos, Genebra, 1988/90.

Delegação do Brasil à Conferência Internacional sobre as Armas Químicas, Paris, 1989.

Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Governo-Indústria sobre Armas Químicas, Camberra, 1989.

Reunião Informal de Ministros sobre a Rodada Uruguai, Puerto Vallarta, México (chefe), 1990.

Conferência do Desarmamento, Genebra, 1990.

V Conselho de Ministros da ALADI, México (chefe), 1990.

Reunião do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nairobi, 1990.

Consultas com autoridades argentinas sobre cooperação nuclear, Buenos Aires, 1990.

Negociações com a Diretoria do Banco Mundial e do BID e com autoridades norte-americanas sobre questões financeiras, Nova York, 1990.

Encontro em nível ministerial dos países latino-americanos membros do Grupo de Cairns, Punta del Este, 1991.

Negociações com o Governo norte-americano sobre ciência e tecnologia, Washington, 1991.

Reunião do Comitê Preparatório da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, Genebra, 1991.

Consultas bilaterais com a Chancelaria argentina sobre assuntos políticos e econômicos, Genebra, 1991.

Reunião de Consultas de Alto Nível entre Brasil e Argentina, Rio de Janeiro, 1991.

XXI Assembleia Geral da OEA (chefe), Santiago, 1991.

Consultas políticas com o Subsecretário-Geral de Relações Exteriores do México, Sergio Gonzales, Rio de Janeiro, 1991.

Reunião do Conselho sobre Assuntos de Desarmamento das Nações Unidas, Nova York, 1991.

Reunião ad hoc de Ministros das Relações Exteriores da OEA, Washington, 1991.

Conferência de Ministros de Comércio Exterior da OEA, Washington (chefe), 1991.

IV Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica, Santa Cruz de la Sierra (chefe), 1991.

Missão de Avaliação da Cooperação com o Suriname, Paramaribo, 1992.

Contatos de alto nível com os Governos do Japão, da República Popular da China e da Índia sobre a Conferência do Rio e sobre assuntos de interesse bilateral (Tóquio, Pequim e Nova Delhi), 1991.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz.

Ordem do Mérito de Brasília.

Ordem do Mérito das Forças Armadas.

Medalha do Pacificador.

Medalha do Mérito Santos Dumont.

Medalha do Mérito Tamandaré.

Medalha do Mérito Mauá.

Medalha Lauro Müller.

Condecorações Estrangeiras:

Argentina

Itália

Reino Unido

México

Costa do Marfim

Senegal

Chile

Bolívia

Equador

Ordem de Malta

O Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja se encontra nesta data no exercício de suas funções de Secretário-Geral de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 27 de fevereiro de 1992. — Gilda Maria Ramos Guimarães, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, li, recentemente, com pesar, comentários da imprensa sobre o falecimento no dia 12 de fevereiro, aos 73 anos, de um antigo companheiro da Câmara Federal, que iniciou o cumprimento de seus mandatos de Deputado na década de 1950, quando então nos encontramos.

Embora maranhense de nascimento, era representante do Estado do Pará, onde iniciou sua vida política vinculada à União Democrática Nacional, da qual, no surgimento do bloco renovador, com idéias fortemente nacionalistas, foi uma das lideranças mais expressivas.

Advogado brilhante, profundo estudioso dos problemas brasileiros, defensor intransigente do que julgava ser do interesse nacional no âmbito da conjuntura econômica e política do País, em face da atuação de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, participou ativamente da vida nacional e dos movimentos ocorridos nas últimas décadas, especialmente no período recheado de fatos e eventos de grande repercussão, compreendido entre a eleição de Jânio Quadros à Presidência da República até o Governo de João Goulart.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao insigne jurista e político Maranhense Clóvis Ferro Costa, que foi De-

putado Estadual e Federal pelo Estado do Pará, conselheiro local e nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, membro da Comissão de Notáveis chefiada por Afonso Arinos e incumbida de elaborar uma proposta de Constituição à Assembléia Constituinte, durante o Governo do Presidente José Sarney, Clóvis Ferro Costa, que a Afonso Arinos sempre esteve ligado pela amizade desde os tempos da antiga UDN, fazendo parte do grupo denominado pela imprensa de Bossa Nova, devido as idéias modernas e renovadoras que professava, também foi consultor brasileiro da Itaipu-Binacional e depois Consultor-Geral da República, no Governo José Sarney.

Apesar da interrupção involuntária de sua carreira política como Parlamentar, Clóvis Ferro Costa sempre procurou servir ao seu País, como advogado brilhante, estudioso dos grandes temas brasileiros, principalmente os da Amazônia, e com suas idéias nacionalistas em defesa do patrimônio nacional.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao manifestar a minha tristeza pelo seu falecimento, expresso a minha homenagem a Clóvis Ferro Costa, ressaltando-lhe os grandes méritos de que era portador, pela vida dedicada à Justiça, como jurista e advogado, pelo legado de sua intensa e veemente atuação política — aventura e sacrifícios na vida dos cidadãos que nem sempre se transforma em ventura — e pelo seu exemplo de lealdade aos amigos e companheiros de vida pública, de dignidade, de luta e dedicação obstinada aos assuntos e causas que considerava do interesse público e da Pátria.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento dos artigos publicados em *O Liberal*, edição de 13 de fevereiro, intitulado "Advogado e político; morre no Rio Clóvis Ferro Costa", e na *Tribuna da Imprensa*, intitulado "O Testemunho de Ferro Costa", de autoria de Cícero Sandroni, edição de 19 de fevereiro.

*DOCUMENTOS À QUE SE REFERE O SR.  
LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:*

**O Liberal — 13-2-92**

**ADVOGADO E POLÍTICO MORRE  
NO RIO CLÓVIS FERRO COSTA**

Faleceu ontem, na cidade do Rio de Janeiro, o advogado Clóvis Ferro Costa, 73 anos, vítima de derrame cerebral, com complicações cardiorenais. Advogado militante, Clóvis Ferro Costa era maranhense de nascimento, mas foi no Pará que iniciou sua carreira jurídica e política, como deputado estadual pela extinta União Democrática Nacional (UDN).

Advogado brilhante, de notável saber jurídico, Ferro Costa foi ativo participante da vida política nacional. Na área do Direito, ele foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) local e nacional e participou da equipe chefiada por Afonso Arinos de Melo Franco que, a pedido do então presidente José Sarney, elaborou uma proposta de Constituição para a Assembléia Nacional Constituinte. Como político, Ferro Costa elegeu-se deputado estadual em 3 de outubro de 1950, tomando posse em 8 de fevereiro de 1951. Na Assembléia Legislativa do Pará ele participou de várias comissões técnicas, tendo destacada atividade nas Comissões de Constituição e Justiça, Redação de Leis e Finanças. Na Câmara Federal cumpriu duas legislaturas como deputado federal e foi um dos líderes da Bossa Nova, movimento interno da UDN do qual participou também o depois presidente José Sarney.

Ferro Costa participou ativamente da campanha do General Alexandre Zacharias de Assumpção, que em 1950 derrotou o também General Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, numa disputa eleitoral de grande significação para a história política do Pará. No Tribunal Regional Eleitoral (TRE), durante a última campanha para o Governo do Estado, defendeu os interesses do PMDB e foi nomeado assessor especial do atual governador.

A vida política de Ferro Costa foi momentaneamente interrompida em 1964, com a decretação do Ato Institucional nº 5. Foi um dos atingidos. Cassado, logo na primeira relação dos atingidos, com os direitos políticos suspensos por dez anos, Clóvis Ferro Costa deixou a política para dedicar-se à advocacia, atividade que exerceu até o fim da vida. Como homem público, além dos cargos eletivos que desempenhou, Ferro Costa foi, durante o governo Sarney, consultor brasileiro da Itaipu Binacional e depois Consultor-Geral da República.

Ferro Costa deixa viúva a senhora Maria Celina Teixeira Ferro Costa e cinco filhos, todos casados. O enterro do advogado aconteceu na tarde de ontem, no Rio de Janeiro, no Cemitério São João Batista.

**Tribuna BIS — 19-2-91**

**Privatização das estatais, o melhor  
negócio contra os interesses do Brasil**

**O TESTEMUNHO DE FERRO COSTA**

**Cícero Sandroni**

Clóvis Ferro Costa engrandeceu a vida pública brasileira com biografia esplêndida, permanentemente devotado aos estudos dos problemas nacionais e à prática política, na tentativa desesperada de solucioná-los. Deputado federal pela UDN do Pará, articulou o movimento progressista conhecido pela alcunha de bossa-nova no interior do partido reacionário. Sem desfazer do movimento musical do mesmo nome, que também apareceu em 1958, a denominação do movimento, de autoria do jornalista Carlos Castello Branco, revelou-se reducionista e até certo ponto limitou o que poderia ter sido ampla renovação do partido esclerosado, definhando a olhos vistos, que jogava todas as suas fichas na candidatura de Jânio Quadros, sem saber, à época, que participava de processo eleitoral que levaria o país a 1964 e posteriormente à própria extinção da UDN.

Ferro Costa viveu intensamente os tempos que prececeram a eleição de Jânio, emprestando seu entusiasmo e inteligência ao grupo que contava também, entre outros deputados, com José Sarney, Edilson Távora, João Alves e, ainda sem mandato mas articuladíssimo com todos os setores da vida nacional, José Aparecido de Oliveira. Aparecido era secretário particular de Magalhães Pinto, então presidente da UDN, e tornou-se assessor especial de Jânio, quando este, com o apoio de Carlos Lacerda, arrancou a candidatura da convenção da UDN, para desespero de Juraci Magalhães e sua corrente política. Juraci esperava lançar-se candidato da UDN para receber em seguida o apoio de Juscelino Kubitschek e do PSD. Vã esperança que desvaneceu-se quando Jânio derrotou-o em sua própria casa.

Ferro Costa e seu grupo procuravam dar consistência nacionalista à plataforma de Jânio Quadros. Candidato marcado pelo estigma reacionário da UDN, carregando nas costas um candidato à Vice-Presidência representante dos setores mais atrasados da vida pública da época — Leandro Maciel

—, Jânio desesperava-se e chegou a renunciar à candidatura, prenúncio do que faria, mais tarde, na Presidência. O manifesto do grupo da bossa-nova, impregnado de idéias na defesa dos interesses nacionais e ao mesmo tempo com sabor desenvolvimentista, marca registrada de JK, então presidente com grande popularidade, agradava Jânio. As posições nacionalistas dos jovens e combativos deputados mesclavam a campanha do candidato da UDN com tons de esquerda que seu adversário, o intransigente Marechal Lott, apoiado pela esquerda oficial do país, repelia; e assim perdia votos e apoios.

Seria tolice afirmar que a bossa-nova da UDN contribuiu decisivamente para a vitória de Jânio Quadros. A repercussão do movimento ainda era restrita e dependia da cobertura de jornalistas mais jovens, não comprometidos com os esquemas, para divulgar suas idéias e a atuação parlamentar. Mas sem dúvida representou um aditivo de forte poder aglutinador ao populismo de direita que Jânio representava. Eleito, a ambigüidade do governo não permitiu o estabelecimento de um projeto nacional e o grupo da bossa-nova refluíu, mantendo-se Ferro Costa em posições que se tornavam mais radicais à medida que compreendia mais o Brasil. O golpe de 1964 veio encontrá-lo na defesa do mandato de João Goulart e sua carreira política foi interrompida brutalmente. Cassaram-lhe o mandato logo na primeira lista e seus direitos políticos foram suspensos, por dez anos.

Quando a anistia permitiu o retorno dos que foram afastados da vida pública, Ferro Costa evitou a política partidária, mas prosseguiu nos estudos dos problemas brasileiros, principalmente os da Amazônia. No governo de José Sarney, integrou a diretoria de Itaipu Binacional e mais tarde foi Consultor Geral da República, em substituição a Saulo Ramos, nomeado Ministro da Justiça. Em todos os cargos que ocupou, no Congresso e no Executivo, a atuação de Ferro Costa baseava-se na defesa dos interesses nacionais contra os grupos econômicos, nacionais ou estrangeiros, cujo objetivo sempre foi o lucro. Este pensamento nacionalista vem sendo atacado pela maré modernizante que esconde grande mar de lama em suas ondas. Ondas de imobilismo e corrupção, que a pretexto de “modernizar” o país — isto é dar a alguns o direito de comer no MacDonald — pretende levá-lo de volta aos séculos da colonização mais abjeta, à dependência tecnológica e ao empobrecimento — tudo em nome da prática liberalizante que nada mais é do que dar liberdade ao lobo no meio do rebanho.

Ferro Costa integrou o grupo dos que, apesar da avalanche “modernizante” privatista, continuaram resistindo. Não deu tréguas aos que gostariam de ver o Brasil entregue à espoliação de grupos privados — nacionais ou estrangeiros — com o governo inerte, incapaz de defender o patrimônio nacional e o povo brasileiro sem instrumentos para intervir ou regular a economia, permitindo que o “mercado”, como se isto na realidade existisse, ditasse as suas regras. As idéias de Ferro Costa, que são também a de tantos brasileiros ilustres, estão hoje contestadas, assim como no tempo do surgimento da bossa-nova, pela orquestração dos interesses mais reacionários que já se instalaram no país.

Esses interesses insistem na privatização das estatais, na total liberdade dos preços, no ingresso no país de empresas multinacionais que ocupariam aqui o lugar do capital nacional, na eliminação das barreiras alfandegárias e de qualquer tipo de protecionismo aos setores vitais da economia, que só poderão encontrar pleno desenvolvimento se adequadamente defendidos da concorrência do capital internacional. A abertura

assim desejada seria a famosa modernização da economia, em benefício, segundo os seus corifeus, do consumidor brasileiro. Se assim fosse, até que teria o seu lado positivo; mas sabemos, por experiência, que não é. Sabemos que quanto maior a liberdade, maior a libertinagem empresarial, na exploração de um país ainda não suficientemente organizado, isto é, sem uma ordem jurídica legal capaz de defender o consumidor, o contribuinte, o cidadão. Liberalizar a economia, como já estão fazendo, significa maior sacrifício para os assalariados, mais quinquilharias à venda, mais *gadgets* e espelinhos multicolores para encantar a fantasia dos nativos e mais dependência, mais sofrimento para os destituídos, menos capacidade de organizar-se e construir a sua história.

Diante da onda avassaladora do “modernismo” glamorizado, do progressismo que a cada dia nos remete para posições de maior dependência e pobreza, e da cortina de fumaça que evolui em torno do acesso às benesses das economias desenvolvidas, parece anacrônico falar do nacionalismo. Os meios de comunicação que controlam corações e mentes transmitem a mensagem do paraíso “moderno” da economia privatizada através de sistemas tecnológicos avançados. A tecnologia que permite à televisão colorida oferecer sua imagem a todo brasileiro com recursos para comprar um aparelho é “moderna”, apesar de estar a alguns anos de distância dos modernos processos de alta definição já adotados no Japão. Mas vamos lá, concedendo no conceito, apenas para efeito de argumentação: a televisão é moderna. E como o meio é a mensagem, como já ensinava MacLuhan, ao passar o discurso imbecil da privatização, confere a esta idéia retrógrada e reacionária tons de modernidade. O invólucro sendo moderno, parece que a idéia nele embrulhada também é. Grosseiro engano: o loteamento do patrimônio de todos os brasileiros e a entrega a reduzidíssimo número de empresários quase falidos não passam de maracutaia das grandes, daquelas que Lula anunciava inevitáveis num governo sob a direção de Fernando Collor de Mello.

**O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)** — Presentes na Casa 15 Srs. Senadores.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que estabelece dias e horários para realização de reuniões ordinárias das Comissões Permanentes, tendo

— **PARECERES**, sob nº 4 e 5, de 1992, das Comissões

— **de Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável.

— **Diretora**, favorável ao projeto, nos termos de Substitutivo que oferece.

Sem discussão o projeto e o substitutivo, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Encerrada a discussão, nos termos do disposto no art. 168 do Regimento Interno, a matéria sairá da Ordem do Dia, a ela retornando na sessão de terça-feira próxima.



**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1991, de autoria do Senador Alfredo Campos e outros Senhores Senadores, que fixa o número de votos necessários à rejeição do veto (3ª sessão de discussão).

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia de discussão da proposta e de apresentação de emendas, assinadas por um terço, no mínimo, dos membros do Senado.

Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1991.

**O Sr. Mauro Benevides** — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, minha intervenção neste instante, quando se discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de autoria do nobre Senador Alfredo Campos, com o apoio de outros eminentes colegas desta Casa, é exatamente para chamar a atenção, não apenas do Plenário do Senado, como também da Câmara dos Deputados, naquilo que se relaciona com a apreciação dos vetos presidenciais.

Na Sessão Legislativa passada, no primeiro semestre, sobretudo, apreciamos 53 vetos. Em relação ao segundo semestre, nós nos defrontamos com imensas dificuldades, em razão, sobretudo, de um trabalho de obstrução realizado, ora pelo bloco governista, ora por aqueles Partidos que integram a linha de oposição ao Governo.

A Mesa se defrontava, portanto, com a realidade intransponível de, ao constatar-se a inexistência de um **quorum** que pudesse garantir a rejeição do veto, ocorrer exatamente a retirada de um dos blocos interessados naquela importante deliberação.

O que pretende certamente o Senador Alfredo Campos é dirimir todas aquelas dúvidas que pairam em torno da apreciação do veto.

Daí por que, ao ensejo da discussão da proposta, eu me permito chamar a atenção dos Srs. Senadores, nesse primeiro momento — três outras votações ainda se seguirão — e, se aprovada a matéria no Senado Federal que a mesma, no âmbito da Câmara dos Deputados, tenha, também, uma atenção especial e privilegiada.

Trata-se de matéria importante no trâmite legislativo — o veto exercido constitucionalmente pelo Presidente da República — e nós não podemos permitir que se alongue indefinidamente a sua apreciação. Eis por que o Senador Alfredo Campos, com o apoio de eminentes Colegas desta Casa, entendeu de apresentar essa Proposta de Emenda à Constituição, para qual encareço, neste momento, a atenção de todos os Srs. Senadores, na expectativa de que, conhecido o real objetivo da proposição, possamos conscientemente deliberar em torno dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Continua em discussão a matéria.

**O Sr. Odacir Soares** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

**O SR. ODACIR SOARES** (PFL — RO. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já nos aproximamos da data estabelecida para a revisão da Constituição, e sou daqueles que preferem deixar a referida revisão à futura Assembléia Nacional Constituinte; creio que o texto vigente está sendo consolidado, na medida em que começa a ser utilizado, exercitado e interpretado não somente pelas duas Casas do Poder Legislativo, mas, também, pelas cortes judiciárias deste País.

Relativamente a essa proposta de emenda à Constituição, o que me chama a atenção é o fato de que seu autor pretende inverter o processo de apreciação dos vetos do Poder Executivo, na medida em que hoje a responsabilidade pela rejeição dos vetos é praticamente atribuição do Congresso Nacional. Compete ao Congresso Nacional, na forma do art. 66 da Constituição, ter um determinado **quorum** privilegiado para a rejeição desses vetos.

S. Exª, o Senador Alfredo Campos, quer inverter o processo. S. Exª quer que o Poder Executivo, ao vetar um projeto de lei, ou qualquer dispositivo de um projeto de lei, coloque no plenário das duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente, um número determinado de parlamentares que assegure a manutenção desse veto. Hoje, compete ao Congresso, se desejar rejeitar o veto, comparecer maciçamente ao plenário das duas Casas, rejeitando-o.

A omissão do Congresso, isto é, um **quorum** insuficiente, implica na manutenção do veto, o que, a meu ver, é um fato salutar para a imagem do Poder Legislativo. O Poder Legislativo deseja crescer na opinião pública e ter uma imagem melhorada. Conforme ocorre quase que diariamente, deve ter cobrada a sua presença pelo menos no plenário das duas Casas. A proposta pretende fazer o contrário.

O § 4º do art. 66 da Constituição Federal reza:

“O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.”

“Só podendo ser rejeitado”, isto é; compete ao Congresso, se desejar rejeitar o veto do Presidente, comparecer, em **quorum** estabelecido pelo § 4º, maciçamente ao plenário do Congresso Nacional.

O Senador Alfredo Campos pretende o contrário, quer inverter.

S. Exª propõe: “O veto será apreciado nas duas Casas, dentro de trinta dias, a contar de seu recebimento, somente podendo ser mantido — a Constituição fala em rejeitado — se alcançar, em escrutínio secreto, o **quorum** de votação constitucionalmente exigido nas duas Casas”, isto é, o Governo precisa colocar nas duas Casas parlamentares para manter o seu veto, em **quorum** que tem a sua origem naquele exigido pelo projeto original, pelo projeto de lei que originou, como consequência, o veto do Presidente da República.

Na realidade, de certa forma, essa proposta de emenda salva a imagem do Congresso, quando este não comparece ao plenário, por qualquer razão, para deliberar.

Na realidade, a meu ver, ao contrário da justificação do Senador Alfredo Campos, essa proposta de emenda não valoriza o Poder Legislativo, mas o enfraquece, porque este, conforme, inclusive, deseja a opinião pública, se valoriza na medida em que comparece ao plenário das duas Casas. Esta é a opinião pública e da imprensa.

Por outro lado a imprensa e a opinião pública se esquecem de que a atividade legislativa se exerce, também, nas comissões técnicas que, no caso do Congresso brasileiro, funcionam em regime **full time**, praticamente.

Nós, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, temos reuniões, inclusive, quando uma ou outra Casa estão em funcionamento.

Lamentavelmente, isso, nem a opinião pública e nem a Imprensa também vêem.

Esta semana li um artigo do festejado comentarista político Villas-Bôas Corrêa, quando ele ressalta a importância do papel das comissões técnicas, com o seu poder de decisão terminativa, com as atribuições que têm as comissões técnicas de decidir terminativamente em relação a determinados projetos, que tramitam nas respectivas comissões das duas Casas.

De modo que, Sr. Presidente, nessa discussão, eu desejava manifestar-me contrariamente, naturalmente sujeito a um convencimento maior, com um espírito aberto, e sujeito a um convencimento a **posteriori** com melhores luzes, com melhor sabedoria. Mas entendo que esta proposta de emenda constitucional não valoriza o Poder Legislativo, não fortalece o Poder Legislativo, ao contrário, e, ao contrário justamente do que S. Ex<sup>a</sup> diz na justificação, quando diz que os parlamentares europeus ou japoneses funcionam dessa forma.

Acho e entendo que essa proposta enfraquece o Poder Legislativo.

Por isso, nessa discussão, me coloco contrariamente ao que quer S. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Odacir Soares, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Continua em discussão.

**O Sr. Magno Bacelar** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar, para discutir a proposta de emenda à Constituição, de autoria do nobre Senador Alfredo Campos.

**O SR. MAGNO BACELAR** (PDT — MA. Para discutir, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho opinião formada sobre a antecipação de qualquer reforma, tendo em vista que há prazo definido pela Constituição. E, sobretudo, a nossa Constituição sequer chegou a ser totalmente regulamentada.

A esse respeito sou autor de uma emenda, à proposta de resolução da Mesa, no sentido de que todas as propostas de regulamentação constitucional devam ter prioridade absoluta. Esse processo se encontra hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando definição.

Enquanto isso, atento às palavras de V. Ex<sup>a</sup> e do Líder do Governo, eu me manifesto, e chamo a atenção desta Casa no sentido de que primeiro deva-se regulamentar a Constituição em vigor para depois pensar-se em reformá-la. Sem isso, Sr. Presidente, estaremos condenando uma Constituição tão recente e que alcançou alguns progressos, sendo que exatamente a parte progressiva é aquela que ainda não foi regulamentada.

Eu também sou de opinião de que devemos aguardar uma regulamentação dessa Constituição e os prazos estabelecidos por ela.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Continua em discussão.

**O Sr. Jonas Pinheiro** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro, para discutir.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PTB — AP. Para discutir, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, entrando na discussão, parecem-me bastante razoáveis as considerações trazidas pelo nobre Senador Odacir Soares, referendadas pelo nobre Senador Magno Bacelar, no sentido de que já estando relativamente próximo o período para a revisão da Constituição, que as propostas de emenda à Constituição sejam recebidas, para serem apreciadas e discutidas com profundidade, num momento ditado pela própria Constituição, que é a revisão constitucional.

Além do mais, a interpretação dada pelo Senador Odacir Soares de que a emenda em discussão propõe, na verdade, a inversão do **quorum** parece-me correta. Nesse sentido manifesto minha concordância com os argumentos do Senador, de que o **quorum** para derrubar um veto deve ser o que está previsto na legislação, e que essa inversão desvalorizaria realmente o Congresso Nacional.

Esse é o meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem deseje usar da palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — **Item 3:**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1991, de autoria do Senador Francisco Rollemberg e outros Senhores Senadores, que suprime o item II e renumera o item III do art. 40 da Constituição (3ª sessão de discussão).

A Presidência pede a atenção da Casa, sobretudo para os que estão compulsando a Constituição.

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia de discussão da proposta e apresentação de emendas assinadas por 1/3, no mínimo, dos membros do Senado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, a Presidência informa que a discussão terá prosseguimento na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — **Item 4:**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1991, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal (3ª sessão de discussão).

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia de discussão da proposta e apresentação de emendas assinadas por 1/3, no mínimo, dos membros do Senado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, a Presidência informa que a discussão terá prosseguimento na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

**O SR. ODACIR SOARES** (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna trazer um assunto de mais alta importância para o País, o turismo! Considerado a terceira atividade econômica do mundo, o turismo é superado apenas pelo petróleo e pela indústria de armamentos e vem representando nos últimos anos de 7 a 9% para o valor total das exportações mundiais, o que significa aproximadamente US\$200 bilhões, valor que representa apenas um quarto do movimento global das viagens a passeio, que é justificável pelos seguintes motivos: primeiro, porque a maior parte dos gastos é realizada pelo turista dentro do próprio país; segundo, porque uma parte importante das despesas com turismo internacional se dá no país de origem, com transportadoras aéreas, cartões de crédito e agências de viagens.

O turismo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, significa hoje, um negócio de US\$900 bilhões anuais, segundo estatísticas reconhecidas pela OMT — Organização Mundial do Turismo. A Espanha, por exemplo, obtém 10% de sua renda nacional através da indústria do turismo, recebendo em seu território anualmente, quase 50 milhões de turistas. No Brasil, esta atividade que opera verdadeiros milagres econômicos no mundo, é considerada por muitos, apenas como lazer e viagens de férias para simples descanso.

Precisamos acordar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e abrir os olhos para as imensas potencialidades do Brasil neste setor. O turismo é uma atividade econômica forte e o nosso País, em seu imenso território, oferece motivações à prática do turismo para todos os gostos, mas precisamos impor uma infra-estrutura adequada em todas as regiões potencialmente vocacionadas ao turismo, para podermos receber melhor o turista.

O turismo é considerado uma área geradora de emprego de baixo custo, importante na captação de divisas, na descentralização da renda, na melhoria da qualidade de vida da população e no caso do turismo internacional, existe a vantagem precípua do ingresso de moedas fortes, com reflexos positivos em nossa balança de pagamentos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todas as dificuldades que o Brasil enfrenta no momento, para melhorar a entrada de turistas estrangeiros, em nosso território, repousam na péssima imagem do País no exterior e, para reverter esse quadro negativo, temos que iniciar imediatamente, um trabalho sério nesta direção.

Felizmente, nesse sentido, já se movimenta com agilidade o Presidente da Embratur, Dr. Ronaldo do Monte Rosa, que, no dia 20 de janeiro deste ano, inaugurou, em Nova Iorque, o Centro Brasileiro de Imprensa, que tem por finalidade, resgatar a imagem do Brasil no mercado americano. O centro tem cadastros de dez mil jornais, seis mil revistas e quinhentas emissoras de rádio e televisão que receberão informações positivas sobre o Brasil. Existe ainda o sistema de discagem gratuita — **Toll Free** — e o **Fax Link Service** que também responderão imediatamente a qualquer solicitação de informação sobre o Brasil, que é alvo constante de reportagens com erros de informações nos meios de comunicação dos EUA. Sendo

este, segundo informações da própria Embratur, o primeiro passo de uma ação de Relações Públicas e Assessorias de Imprensa que se estenderá pelos principais mercados emissores de turistas para o Brasil, como Espanha, Itália, França, Alemanha, Inglaterra e países do Cone Sul.

Com esta iniciativa, Sr. Presidente e Srs. Senadores, acredito que o atual Presidente da Embratur inicia de forma concreta a reversão da imagem negativa do Brasil no exterior, que tantos prejuízos causou a economia e ao País como um todo e nos deixa mais esperançosos quando, recentemente, anunciou que já conta com trinta milhões de dólares assegurados — recursos originários do Governo e da iniciativa privada — para promoção do Brasil no exterior, durante o ano de 1992, e antecipa que está buscando recursos para prosseguir o trabalho nos próximos anos, o que efetivamente merece nossos aplausos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária a realizar-se na próxima segunda-feira, às 14h30min a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 124, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 1991 (nº 95/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 552, de 1991, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 2 —

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1991, de autoria do Senador Alfredo Campos e outros Senhores Senadores, que fixa o número de votos necessários à rejeição do veto (4ª sessão de discussão).

— 3 —

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1991, de autoria do Senador Francisco Rollemberg e outros Senhores Senadores, que suprime o item II e renúncia o item III do art. 40 da Constituição (4ª sessão de discussão).

— 4 —

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1991, de autoria do Senador Coutinho

Jorge e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal (4ª sessão de discussão).

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 9h40min.)*

## ATOS DO PRESIDENTE

### ATO DO PRESIDENTE Nº 62, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no art. 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.923/92-7, resolve nomear LUIZ JOÃO DANTAS, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Levy Dias.

Senado Federal, 4 de março de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE Nº 63, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve designar ANA LÚCIA AYRES KALUME REIS, Analista Legislativo — Área de Comunicação Social, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a Chefe do Cerimonial da Presidência, no período de 2 a 21 de janeiro de 1992, durante o impedimento da titular em gozo de férias.

Senado Federal, 4 de março de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE Nº 64, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve designar JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS, Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão II, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, no período de 15 a 31 de janeiro de 1992, durante o afastamento da titular em gozo de férias.

Senado Federal, 4 de março de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.